

Senhor Presidente,

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela excelente condução dos trabalhos desta Reunião, cumprimentar as Senhoras e Senhores Ministros, autoridades da OEA, representantes de COSATE e de CEATAL, Senhoras e Senhores Delegados,

Acompanhei com grande interesse as apresentações feitas na primeira parte desta sessão e quero felicitar a Presidência Argentina pela iniciativa de organizar este importante diálogo entre ministérios das áreas econômica e do trabalho.

Desde o início da presente crise, a percepção era de que se tratava de um fenômeno de repercussões globais, razão pela qual se justificava, mais do que nunca, a necessidade de realizar ações internas de resposta à crise, coordenadas entre diferentes área do governo, ao mesmo tempo articuladas com iniciativas de coordenação em nível internacional.

No final do ano passado, quando ainda predominava a incerteza sobre a extensão e profundidade da crise, algumas empresas se



precipitaram em lançar mão de demissões de trabalhadores, a exemplo do que ocorreu em situações semelhantes no passado.

Ainda em Janeiro, acompanhando a reação internacional perante a crise, a OIT organizou uma reunião de Alto Nível, em Santiago, Chile, com Ministros do Trabalho de países latinoamericanos.

Naquele momento, depois de acalorado debate, ajudamos a construir um documento que prevê a chamada contrapartida social, ou seja, empresas beneficiadas com recursos públicos não poderiam demitir trabalhadores.

Esta medida tomou força no Governo Brasileiro, uma vez que verificou-se que muitos empresários, não tendo ainda noção da real dimensão da crise, começaram a efetuar demissões de forma indiscriminada.

Uma série de medidas tomadas pelo Governo do Presidente Lula contribuíram de forma decisiva para estimular a atividade econômica. A redução da taxa básica de juros, de impostos sobre produtos industrializados, como carros e materiais de construção, foram algumas medidas rápidas colocadas em ação,

que fortaleceu o poder de compra da população brasileira, com repercussões positivas em termos de recuperação dos níveis de emprego no país.

Esta recuperação é confirmada pelos índices do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o termômetro brasileiro do mercado de trabalho, administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Até agosto, o Brasil gerou mais de 680 mil novos postos de trabalho, atingindo os índices pré-crise, confirmando as nossas expectativas de que o Brasil seria o último a entrar e o primeiro a sair da crise.

Além dos grandes agentes financeiros públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o Brasil também dispõe de dois grandes fundos, vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, ambos administrados de forma tripartite.

O FGTS, formado por depósitos mensais efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente ao percentual de 8% das remunerações, é um dos principais fundos

de investimento do governo federal. Com recursos dessa fonte – algo em torno de 100 bilhões de dólares - são viabilizadas construções de casas populares com juros subsidiados.

Desde setembro de 2008 até esta data, o FGTS aumentou em 100% o seu investimento, somando um total de 25 bilhões de dólares. Boa parte dos recursos do Projeto Minha Casa Minha Vida, lançado recentemente pelo presidente da república para a construção de mais de 1 milhão de habitações populares – serão financiados por este fundo.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que possui um patrimônio de 70 bilhões de dólares, também direcionou boa parte de seus recursos para investimentos com garantia da geração de emprego e renda.

Destaco aqui duas grandes linhas de créditos lançadas pelo FAT no início deste ano. Uma linha de 50 milhões de dólares com taxas de juros reduzidas aos níveis mais baixos da história, direcionada aos trabalhadores que utilizam motocicletas até 150 cilindradas como veículo de trabalho. Outra linha crédito de 100 milhões de dólares também foi disponibilizada para empresas que operam o turismo no Brasil.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

As políticas sociais do governo do Presidente Lula, implementadas no período 2003 a 2008 são a maior demonstração do compromisso do nosso país em promover o emprego produtivo e o trabalho decente como elemento central das políticas públicas de combate à pobreza.

No período de 2006 até finais de 2008, o Brasil registrou uma notável expansão do emprego, que fez a taxa de desemprego recuar de 10,0% para 7,9%. O rendimento médio mensal dos trabalhadores cresceu 6,7%, e a classe média foi ampliada com a ascensão de 25 milhões de pessoas que antes se encontravam em condições de pobreza. Somados a isso, tivemos o crescimento real do salário mínimo.

Em sete anos de Governo Lula, o índice atingiu 60% acima da inflação, beneficiando milhões de brasileiros, não apenas aqueles que hoje estão no mercado de trabalho, mas aqueles que trabalharam a vida inteira, ajudando a construir a nação e hoje

estão aposentados – já que suas aposentadorias são vinculadas ao salário mínimo.

Em 2009 o Brasil firmou um acordo tripartite denominado Compromisso Nacional, por meio do qual os empregadores se comprometem a estabelecer relações de trabalho dignas no setor sucroalcooleiro, em conformidade com os padrões da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Trata-se de um instrumento de adesão voluntária e tenho a satisfação de anunciar que até a presente data, mais de 80% dos proprietários de estabelecimentos neste setor já aderiram a este compromisso.

Ao dar as boas vindas a estes primeiros sinais de recuperação econômica, temos a consciência da importância da contribuição do Brasil no sentido de retomar o mais rápido possível uma trajetória de crescimento sustentável de nossa economia, ao mesmo tempo contribuir para o processo de recuperação econômica de nossa região, acompanhada da distribuição de renda e ampliação das políticas de proteção social na perspectiva da promoção do pleno emprego produtivo com trabalho decente.

Estamos conscientes que o grande desafio que enfrentamos neste período não deve se limitar ao restabelecimento dos padrões vigentes antes da crise. A nossa região convive com graves problemas de desemprego estrutural agravado pelas políticas neoliberais que avançaram sobre o nosso continente na década de 90 impulsionadas pelo chamado consenso de Washington.

Faz parte deste desafio, o fortalecimento das instituições democráticas dos países do nosso hemisfério. Neste sentido o governo brasileiro reafirma a sua condenação ao golpe de estado em Honduras e mantém a sua posição de exigência da restauração plena das liberdades democráticas neste país irmão por meio da recondução do presidente Zelaya ao poder.

A crise financeira atual atingiu os fundamentos da concepção do livre mercado segundo a qual seria preciso mais mercado e menos estado. A experiência recente parece mostrar exatamente o contrário.

Os organismos do sistema multilateral, a exemplo do FMI e Banco Mundial, que teriam a responsabilidade de exercer a supervisão do funcionamento do mercado financeiro, falharam em não prever a emergência da atual crise e de suas

conseqüências sobre a economia real, exatamente em razão de terem sido os grandes porta vozes das políticas de desregulamentação no passado recente.

Porisso o Brasil defende a necessidade de uma reforma substancial do sistema multilateral, de modo a adaptá-lo à realidade do mundo globalizado, que possibilite a regulação e supervisão do mercado financeiro e a efetiva mobilização de recursos técnicos, humanos e financeiros em favor da luta pela erradicação da pobreza e de promoção de uma economia verde com emprego produtivo e trabalho decente.

Somos da opinião de que o simples restabelecimento das condições pré-crise pode ser o caminho mais curto para uma nova crise. É preciso estabelecer uma nova ordem econômica mundial, capaz de fortalecer a capacidade dos países mais pobres para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por meio de cooperação técnica e ajuda oficial ao desenvolvimento, nos termos estabelecidos pelo Consenso de Monterrey.

O Brasil tem tentado fazer sua parte, por meio de diversas iniciativas de cooperação Sul-Sul implementadas com outros

países em desenvolvimento, com atenção especial a nossa região.

Acreditamos que um estado forte, com inflação sob controle, bancos públicos capazes de manter o crédito e o estímulo à atividade econômica e sobretudo o ganho salarial da massa dos trabalhadores, a base da pirâmide social, é condição necessária para manter uma economia fortalecida e preparada para enfrentar os desafios da globalização.

O Brasil empenhará os melhores esforços para que o compromisso do G20, estabelecido este ano na Cúpula de Chefes de Estados e de governos dos países do G-20 em Londres e reafirmado em Pittsburg possa se refletir em ação concreta.

O Brasil apoiará com determinação a implementação da Declaração e do Plano de Ação desta XVI CIMT, como condição para a promoção do emprego e do trabalho decente na região das Américas, articulada ao esforço global de superação da crise e de construção do novo cenário pós crise, considerando a proposta do Pacto Mundial pelo Emprego e as metas estabelecidas na Agenda Hemisférica do Trabalho Decente.

Saudamos a decisão da Cúpula do G20, de Pittsburgh de setembro 2009, por meio da qual os chefes de estado se comprometeram a colocar o emprego e o trabalho decente como elemento central das políticas de recuperação. Aproveito para reafirmar o apoio do Brasil à proposta de realização de uma reunião de ministros do trabalho do G20 no início do próximo ano para seguimento das deliberações da Cúpula de Chefes de Estado em Pittsburg.

Muito obrigado.